



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O uso do véu na Turquia:
Uma Análise das Políticas de Gênero à luz da Construção da
Identidade Nacional Turca.**

Victória Albuquerque Camara

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientadora: Professora Doutora Vânia Carvalho Pinto

Brasília

2017

Resumo

Desde a década de 1920, as medidas tomadas pelo Estado turco relativas à condição social das mulheres são parte de um projeto nacional. Isso acontece em função de como movimentos nacionalistas veem as mulheres, isto é, como *tokens* da identidade nacional. Uma vez que as reformas realizadas na situação das mulheres na Turquia não foram resultados diretos de demandas da própria sociedade e relacionam-se precipuamente com a imagem da nação que as mulheres potencialmente refletem, apenas em um segundo plano existiu a preocupação com o bem-estar e integração social da mulher. Essa instrumentalização dos direitos das mulheres foi observada nas reformas kemalistas e, agora, acredita-se que pode ser notada também nas ações empreendidas na Turquia atual, por parte do governo de Recep Erdoğan. As consequências dessa instrumentalização evidenciam as contradições e paradoxos presentes na agenda de gênero dentro dos movimentos nacionalistas.

Palavras-chave: hijab, políticas de gênero, nacionalismo.

Abstract

Since the decade of 1920, the measures taken by the Turkish State concerning the social status of women are part of a national project. This is due to how nationalist movements see women: as tokens of national identity. Once the reforms carried out in the situation of women in Turkey were not direct results of the demands of society, but instead were related to the image of the nation that women potentially reflect, the concern with the well-being and social integration of women had low priority. This instrumentalization of the rights of women was observed in the Kemalists reforms and now may be noticed also in the actions undertaken on current Turkey, which stands under the government of Recep Erdoğan. The consequences of this instrumentalization highlight the contradictions and paradoxes that exist on the gender agenda within the nationalist movements.

Keywords: hijab, gender politics, nationalism.

Introdução

Em julho de 2016 foi noticiada a tentativa de um golpe militar na Turquia contra o atual presidente Recep Tayyip Erdoğan. Os militares, que são considerados os guardiões da democracia secular na Turquia¹, se insurgiram, sem sucesso, contra a maneira autoritária e imbuída de motivações religiosas com que Erdoğan tem conduzido o Estado. O partido do presidente Erdoğan, Justice and Development Party (AKP), tem se mantido à frente do Estado turco pelos últimos 14 anos e durante esse tempo se empenhou na promoção de uma nova identidade nacional, que se aproxima das tradições islâmicas provenientes do Império Otomano.

A nova proposta de identidade levada a termo pelo AKP é vista de maneira controversa no país, pois é exatamente o oposto do nacionalismo que sempre esteve presente no Estado turco, desde sua constituição. O projeto nacional que foi implantado na Turquia por Kemal Attaturk, em 1923, e vigeu até meados dos anos 2000, tinha como finalidade a total ruptura com o extinto Império Otomano e a construção de uma república secular, moderna e ocidentalizada.

Entre as medidas realizadas para alcançar este objetivo, uma das mais relevantes foi o conjunto de reformas empreendidas na situação das mulheres. Kemal Attaturk e os membros de seu partido entendiam que a libertação das mulheres das amarras das tradições do Império, a emancipação feminina e a garantia de direitos civis e políticos para elas eram passos fundamentais para aproximar a Turquia de seus vizinhos ocidentais. Também na tentativa de secularizar e ocidentalizar a imagem do país, indumentárias religiosas como o fez e o hijab tiveram seu uso restringido.

Após anos de descontentamento das muçulmanas que tiveram seu acesso à vida pública do país prejudicado pela restrição do uso do véu, em 2010, o governo do Justice and Development Party deu início a uma série de medidas para permitir a volta do uso da hijab em universidades e outras instituições estatais. Essa iniciativa do AKP guarda relações com a orientação religiosa do partido e com sua tentativa de

¹ AL JAZEERA. **Timeline:** A history of Turkish coups. 15 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/europe/2012/04/20124472814687973.html>>. Acesso em 03/12/2016.

fazer com que a Turquia se reaproxime de suas raízes culturais autênticas (que remetem ao Império Otomano).

A forma como os processos de construção do nacionalismo turco se desenvolveram neste último século teve inúmeras implicações nos regimes de gênero do país. Isso porque todo nacionalismo relaciona-se em várias dimensões com a figura da mulher, por exemplo, com o seu papel dentro dos próprios movimentos nacionalistas, seu papel na reprodução biológica e cultural da nação ou seu papel como definidora de fronteiras étnicas ou como *token* da identidade nacional, entre outros (RANCHOD-NILSSON; TÉTRAULT, 2000, p. 5).

Nesse sentido, este artigo propõe-se a analisar como a situação das mulheres turcas está sujeita aos ideais de promoção e consolidação da identidade nacional da Turquia, seja para tornar a nação mais moderna e secular, seja para torná-la mais culturalmente autêntica. O ponto focal do estudo será como o Estado se relacionou com o hijab no último século, uma vez que o uso do véu pelas mulheres representa um importante demarcador identitário para os *policy makers* daquele país.

Para tanto, será estudado inicialmente a formação do Estado da Turquia sob Kemal Attaturk, na década de 1920, e as primeiras reformas empreendidas na situação das mulheres turcas, em especial as restrições quanto ao uso do hijab. A segunda parte do artigo é destinada à observação das consequências dessas restrições para as mulheres, ao longo do século XX. Por fim, a terceira seção do artigo busca analisar o contexto atual das mulheres turcas e as novas possibilidades do uso do véu, sob a nova proposta de identidade nacional conduzida pelo governo de Recep Erdoğan e de seu partido.

A Formação do Estado Nacional da Turquia e as Reformas de Attaturk na Situação das Mulheres

O fim do Império Otomano, no início do século XX, deixou para os líderes emergentes do recém-formado Estado turco o desafio de como lidar com o seu legado de estado absolutista, centralizador e religioso. O regime instaurado por

Kemal Attaturk, que assumiu o governo da Turquia em 1923, aboliu o Califado e foi definitivo em seu objetivo de criar uma nova república secular, rejeitando por completo as tradições e símbolos provenientes do Império Otomano (AHMAD, 1993, p. 15).

A doutrina do partido de Attaturk ficou conhecida como Kemalismo e tinha seis princípios básicos: o nacionalismo, republicanismo, secularismo, populismo, estatismo e revolucionarismo, sendo os três primeiros os mais importantes na construção do Estado turco (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 46). Assim, fazia parte do projeto de governo de Attaturk a transformação da Turquia em um Estado republicano moderno e secular, com foco numa economia industrial desenvolvida e na educação científica e racional de seus cidadãos (AHMAD, 1993, p. 61).

Dentre os principais desafios de Kemal Attaturk estava a construção efetiva de uma nova nação a partir do que havia restado do Império Otomano. Tal proposta se fez necessária porque os kemalistas não herdaram um “país” dotado de uma identidade turca, propriamente dita. A identidade do Império Otomano era fluida, multiétnica e multirreligiosa: gregos, turcos, armênios, curdos, muçulmanos e judeus estavam todos sob a tutela do antigo Império (AHMAD, 1993, p. 31 e p. 79). Nesse sentido, era central que o novo governo trabalhasse na implantação de um novo nacionalismo turco, que superasse a fluidez identitária do Império Otomano e se conectasse ao novo Estado que surgia. Conforme Nira Yuval-Davis (1993, p. 623) explica a teoria de “destino comum”, “People construct themselves as members of national collectivities not just because they, and their forebears have shared a past, but also because they believe their futures are interdependent”.

A partir de 1924, os kemalistas adotaram medidas que tinham o claro objetivo de aproximar o Estado dos demais vizinhos ocidentais através de, por exemplo, a adoção do calendário gregoriano, a substituição da grafia da língua em árabe pela escrita em latim, a secularização do sistema legal, por meio da substituição da Sharia (lei Islâmica) por novas leis inspiradas nas legislações da Suíça, Itália e da Alemanha (AHMAD, 1993, p. 80) e secularização do sistema educacional (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 43).

Repise-se que um dos objetivos mais importantes do regime kemalista era exatamente desvincular a religião das instituições do Estado, o sistema jurídico, o sistema educacional e a sociedade, como um todo (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 54). A ideia de modernização e a criação de uma nova identidade nacional almejada pelo regime kemalista demandava, portanto, uma ruptura com o paradigma islâmico, que era, durante o Império Otomano, a fonte de legitimidade política e da identidade para a maior parte dos indivíduos (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 35). A manutenção de um Estado regido pela doutrina Islâmica era completamente reprovada por Kemal Attaturk e seus seguidores; “They viewed such a state as the way to maintain the status quo and perpetuate the backwardness of Turkey.” (AHMAD, 1993, p. 53).

Dessa forma, além de criar novas instituições e um novo Estado secular com identidade ocidentalizada, era necessário também criar uma nova identidade ocidental para a sociedade, a fim de que a diferença entre as identidades do Estado e da sociedade não resultasse na perda de legitimidade da ação estatal (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 45).

No que tange à secularização da Turquia, a questão da indumentária era central no novo Estado republicano; o banimento ou desencorajamento do uso de certos adereços religiosos em espaços públicos, além de ser parte de um projeto para secularizar o Estado (para Attaturk, a religião era algo que pertencia à esfera privada e, portanto, não deveria estar representada nos espaços públicos), estava ligado a uma tentativa de uniformizar padrões múltiplos de identidades culturais e religiosas presentes no país (WHITE, 2003, pp. 149-153).

Com efeito, a adoção de um novo *dress code* era essencial para mudar a aparência da população e romper com uma indumentária típica e simbólica que remetia ao antigo regime (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 49). Bernard Lewis (1961, p. 262) descreve que “Dress, especially the headgear, was the visible and outward token by which a Muslim indicated his allegiance to the community of Islam and his rejection of others.”.

Fundamentados nesse discurso, em 1925 foram aprovadas leis para banir o uso de indumentárias com simbologia religiosa para todas as pessoas que não

ocupavam um cargo eclesiástico. No caso dos homens, o uso do fez (barrete árabe) foi criminalizado e seu uso deveria ser substituído pelo uso dos mesmos chapéus utilizados pelo mundo ocidental. Quanto às mulheres, o uso do véu foi banido em locais públicos como repartições do governo, universidades e instituições de ensino, em tribunais, no parlamento e locais afins. Em outros lugares, apesar de tolerado, o uso do hijab era desencorajado (WHITE, 2003, p. 150). Para Sirin Tekeli (1981, apud KANDIYOTI, 1981, p.321) a identificação das mulheres como o grupo mais oprimido por práticas religiosas, foi essencial para que as reformas realizadas pudessem minar de vez o Estado teológico que viveu até então. Com isso, o uso do véu ficou ligado a uma imagem folclórica e camponesa da Turquia (WHITE, 2003, p. 150), que em nada se relacionava com o ideal burguês e republicano que os kemalistas estavam implantando nos centros urbanos turcos. Tampouco se comunicava com as novas aspirações que o Estado de Attaturk direcionava às mulheres.

No que tange ao aspecto cultural, a mulher é tida como a principal mantenedora dos costumes e tradições de uma coletividade étnica ou religiosa; por exemplo, as mulheres são responsáveis por reproduzir a culinária, a língua e outros aspectos culturais com maior intensidade que os homens (KANDIYOTI, 1991, p. 435). Além disso, também são as mulheres as primeiras pessoas que socializam com as crianças e jovens de determinado grupo e transmitem para eles uma rica herança de símbolos étnicos e culturais (ANTHIAS; YUVAL-DAVIS, 1989, p. 9). Percebe-se que a agenda da formação e da preservação da identidade de coletividades nacionais ou étnicas recai sobre o papel da mulher dentro da nação. Nessa esteira, Nira Yuval-Davis e Floya Anthias (1989, p. 7) propõem cinco formas (não necessariamente as únicas), por meio das quais se entende que a mulheres podem participar de um projeto nacional:

- “(a) as biological reproducers of member of ethnic collectivities;
- (b) as reproducers of the boundaries of ethnic/national groups;
- (c) as participating centrally in the ideological reproduction of the collectivity and as transmitters of its culture;
- (d) as signifiers of ethnic/national differences – as a focus and symbol in the ideological discourses used in the construction, reproduction and transformation of ethnic/national categories;

(e) as participants in national, economic, political and military struggles.”

Por este motivo, também fazia parte do projeto nacional de modernização e secularização da jovem república da Turquia, a construção de uma nova identidade de mulher turca: moderna, educada, política e socialmente ativa, cuja religião não estivesse exposta na esfera pública, e que não deixava de lado os papéis de esposa e mãe (WHITE, 2003, p. 146). Tudo isso em oposição ao que se observava durante o Império Otomano, quando a mulher não ocupava qualquer papel de relevância pública na sociedade turca (AHMAD, 1993, p. 84).

A esse respeito, Ipek Merçil e Osman Senemoğlu (2014, p. 18) descrevem:

“The construction of the ideal Turkish woman was an important piece in the project to form a nation for the Republican elite. The image of the new woman was quite important for the officers of the new Republic who wanted to gain a civilised air and to offer the image of a modern state to the western world.”

As primeiras manifestações que demandavam a mudança no status das mulheres são anteriores às reformas de Attaturk. Já no final do século XIX, as mulheres turcas que viviam nos centros urbanos e possuíam acesso à educação começaram a questionar as interpretações patriarcais do Islã (EUROPEAN STABILITY INITIATIVE, 2007, p. 2). As ativistas de então publicaram livros e revistas, formaram associações e organizaram protestos, a fim de aquecer o debate em torno da promoção da igualdade de gênero (TEKELI, 2010, pp.119-120).

Essas demandas foram consolidadas e começaram a ser atendidas com o movimento dos Jovens Turcos, no início do século XX. Esse movimento foi um importante precursor do discurso de que a transformação da sociedade turca só seria efetiva se as mulheres fossem livres para exercer papéis ativos rumo a uma sociedade mais moderna, tanto na esfera privada, como na pública (AHMAD, 1993, p. 85). De acordo com Ipek Merçil e Osman Senemoğlu (2014, p. 14), os intelectuais da época que se orientavam com base em princípios ocidentais percebiam as tradições islâmicas como um obstáculo para a civilização e, nessa esteira, defendiam a

libertação das mulheres das correntes da tradição. Com isso, antes da ascensão de Attaturk, já foram observadas algumas mudanças importantes na situação das mulheres, no que tange ao acesso à vida pública (AHMAD, 1993, p. 85). Além disso, pouco antes da chegada de Attaturk ao poder, viu-se também a crescente presença da mulher nos postos de trabalho, em substituição à mão-de-obra masculina que se envolveu tanto com a Primeira Guerra Mundial como com a Guerra da Independência da Turquia (MERÇİL; SENEMOĞLU, 2014, p. 15).

Após a entrada de Kemal Attaturk no governo da Turquia, os avanços nos direitos e nas condições de vida das mulheres continuaram, desta vez de maneira mais significativa. As mudanças previstas pelo Código Civil Turco de 1926, como a proscrição da poligamia, direito ao divórcio para ambos os cônjuges e a permissão da guarda dos filhos para ambos os progenitores, que colocaram a Turquia em posição de vanguarda em relação a países do ocidente e do Oriente Médio no que tange à emancipação feminina (WHITE, 2003, p. 145).

Em meados dos anos 30, o número de mulheres inseridas nas mais diversas profissões era cada vez maior; a emancipação econômica decorrente dessa inserção tornou possível o declínio da prática dos casamentos arranjados e, com isso, o surgimento de uma nova configuração de família nuclear (AHMAD, 1993, p. 88).

A importância da participação feminina na economia fez com que elas ganhassem também novo status político e com ele a concessão de direitos civis. A partir de 1930 foi garantido o direito ao voto nas eleições locais e, a partir de 1934, esse direito foi estendido para eleições nacionais, bem como foi concedida a possibilidade de as mulheres se candidatarem (AHMAD, 1993, p. 89). A emergência das mulheres como cidadãs com plenos direitos políticos fez com que a participação delas na sociedade turca ganhasse maior relevância pública, em consonância com os objetivos pretendidos pelos kemalistas para a nação.

Quanto à vida privada, os kemalistas lançaram sobre a mulher a expectativa de um comportamento modesto e recatado; a mulher do novo Estado turco deveria cumprir com seus deveres de mãe dedicada e esposa fiel e companheira de seu marido (MERÇİL; SENEMOĞLU, 2014, p. 18). Num claro contexto de submissão e

dedicação às tarefas domésticas, esses eram os deveres da mulher para com a nação, de acordo com as propostas de Kemal Attaturk. Observa-se, a partir disso, que estruturas como padrões pré-fixados de gênero e a definição doméstica de um papel feminino permaneceram presentes, a despeito das demais reformas de emancipação da mulher que foram levadas a termo (KANDIYOTI, 1987, p. 324).

Além disso, cumpre ressaltar também que a “ocidentalização” do Estado implementada na Turquia, diferentemente de outros países, não se deu por meio de processos de colonização, de sorte que a ruptura com certas tradições se deu de maneira diferente (KANDIYOTI, 1987, pp. 321-322). As mudanças implementadas na nova república ficaram, em sua totalidade, restritas ao meio urbano; no meio rural, os costumes e tradições ligados à religiosidade e ao patriarcado islâmico se mantiveram na vida dos camponeses. Kandiyoti explica que isso fez com que a internalização da agenda sobre o comportamento tradicional feminino aos elementos da identidade nacional fosse operacionalizada de maneira diferente nas áreas urbanas e rurais.

Ou seja, no meio rural as camponesas não abandonaram o uso do véu e permaneceram ainda sem gozar de diversos direitos adquiridos pelas mulheres nos centros urbanos (WHITE, 2003, p. 156). Os efeitos desse descompasso entre campo e cidade no modo de vida das mulheres começaram a ser percebidos apenas a partir da década de 1950, com o êxodo rural.

Conforme descrito, as reformas realizadas pelo Estado Turco que eclodiu em 1923 deram às mulheres direitos considerados radicais para a época e certamente abriram relevante espaço para empoderamento feminino desde o século 20. Não obstante, imperativo destacar que a real ação do Estado foi a de monopolizar o ativismo feminino e fazer dele um instrumento para a modernização do país e para a construção de uma nova identidade nacional turca (WHITE, 2003, p. 155).

Esse panorama torna-se mais evidente a partir da análise das consequências dessas reformas que são notadas ao longo do século XX. Uma vez que o foco das reformas de Attaturk era a identidade nacional turca, o bem estar feminino e a

integração das mulheres a esse novo Estado restaram prejudicados por medidas como a restrição do uso do hijab, conforme exposto a seguir.

Desdobramentos e Consequências das Reformas Kemalistas na Situação das Mulheres Turcas

Para compreender as consequências da restrição do uso do véu para a situação das mulheres turcas é preciso partir de uma análise do interesse nacional da época existente por trás da medida. Conforme apresentado, a restrição fez parte de um conjunto maior de mudanças implementadas a fim de formar uma nova Turquia e uma nova identidade nacional turca, que não se comunicasse com os aspectos do antigo Império Otomano.

As mudanças realizadas na situação das mulheres não foram um fim em si mesmas, mas serviam ao projeto de modernização, secularização e ocidentalização do novo Estado turco. E isso aconteceu em decorrência da forma como movimentos nacionalistas veem as mulheres, isto é, como *tokens* da identidade nacional de um país. A autora Deniz Kandiyoti (1991, p. 434) explica que “The very language of nationalism singles women out as the symbolic repositior of group identity”. Igualmente, Kandiyoti (1991, p. 431) defende que a ideia de nação está, de alguma forma, imbuída de um regime de gênero, pois faz parte da construção de conceito de nacionalismo a análise de *quem e o quê* constitui a nação.

De acordo com Nira Yuval-Davis (1993, p. 622), a relevância do papel da mulher no contexto dos nacionalismos se dá porque repousa sobre ela o fardo da reprodução da nação, não apenas biologicamente falando, mas em especial, a reprodução cultural e simbólica. A mulher é quem mais se relaciona com elementos que estabelecem limites culturais, tais como a indumentária, língua, culinária, comportamentos e costumes, entre outros.

Nesse mesmo sentido, Nira Yuval-Davis e Floya Anthias (1983, p.68) discorrem:

“Another link between ethnic and gender divisions is found in the way in which the *boundary* of ethnicity depends on gender. The definition of membership within the ethnic group often depends on performing gender attributes correctly. Both identity and institutional arrangements of ethnic groups incorporate gender roles and specify appropriate relations between sexes (...)”

A partir da compreensão de como as perspectivas de gênero se relacionam com a construção de identidades coletivas, é possível compreender conseqüentemente o interesse do Estado turco em se valer de políticas de gênero para concretizar o projeto da identidade nacional da Turquia. Com base nisso, é possível notar a instrumentalização da agenda de gênero pelo movimento nacionalista daquele país.

Inicialmente, porque conquanto alterações no status das mulheres já houvessem sido reivindicadas em momento anterior ao regime de Attaturk, não se pode dizer que as mudanças ocorreram a partir de demandas internas da sociedade. Ao contrário, elas foram impostas, num movimento vertical de cima para baixo (WHITE, 2003, p. 145). Ipek Merçil e Osman Senemoğlu (2014, pp. 16-17) observam que o passado de luta das mulheres por seus direitos foi negligenciado e omitido pelo regime kemalista quando da ruptura histórica causada pela instauração da república.

Igualmente, percebe-se que a possibilidade de uma consciência identitária própria da mulher e protagonismo político feminino foram fenômenos considerados ausentes no processo conduzido por Kemal Attaturk (KANDIYOTI, 1987, p. 324). Nesse sentido, Merçil e Senemoğlu (2014, p. 17) esclarecem que “During the Republican period, women’s movement took a detour from its natural path, the formation of women as subjects was hindered, and women became objects, means in the modernisation and Westernisation Project”.

Essas análises corroboram com a tese de que as pautas relativas aos direitos das mulheres fizeram parte de uma política nacional e não de uma política para a libertação feminina. Entende-se que a pauta que melhor ilustra esse quadro é a restrição do uso do hijab em determinados espaços públicos e é, portanto, a mais significativa dentro desse contexto.

Meyda Yegenoglu (1998, p. 132) explica que:

“The unveiling of women became a convenient instrument for signifying many issues at once, i.e. the construction of modern Turkish identity as opposed to backward Ottoman identity, the civilization and modernization of Turkey and the limitation of Islam to matters of belief and worship.”

Com efeito, a restrição de referida indumentária, juntamente com a criminalização do uso do fez (barrete árabe), constituiu uma política para afastar da vida pública da Turquia símbolos que remetiam à religiosidade islâmica, seguindo os ideais de secularização do Estado e homogeneização de múltiplos padrões identitários herdados do Império Otomano.

A fim de alcançar seu objetivo, o governo turco se empenhou fortemente na divulgação de propagandas que reproduzissem a nova identidade projetada para a mulher turca, caracterizada pelo não uso do véu (KANDIYOTI, 1991, p. 432). “The state distributed the photographs of unveiled women as pilots in military uniform, lawyers in courtrooms or teachers in classes not only in Turkey but also in Europe. This was to show how ‘modern’ Turkish women were.” (CEYLAN TOK, 2009, p. 117).

A maneira como o Estado buscou reafirmar o seu caráter moderno e secular, por meio da imagem de uma mulher emancipada, ocupando diversas profissões antes reservadas aos homens e principalmente sem o hijab, é esclarecida pela fala da autora Deniz Kandiyoti (1991, p. 435), quando ela explica que “Women may be controlled in different ways in the interests of demarcating and preserving the identities of national/ethnic collectivities”.

A distorção por trás dos interesses nas reformas mostra-se problemática especialmente quando da observação das consequências da restrição do uso do véu, pois tal medida se relacionou primordialmente com a ruptura com o Estado teológico e com a separação da identidade turca da religião muçulmana. Não houve preocupação com o bem-estar da mulher e com sua efetiva integração na sociedade, quando da implantação dessa medida, que visava, pretensamente, libertar a mulher de um símbolo da opressão religiosa. Como relatado anteriormente, as reformas de

Attaturk atingiram, num primeiro momento, apenas as áreas urbanas do país, de sorte que nas áreas rurais os costumes religiosos não foram abandonados pela população que vivia ali, entre eles, o uso do hijab pelas mulheres (WHITE, 2003, p.156).

Por outro lado, a autora Jenny B. White (2003, p. 150) explica que, após as reformas kemalistas, logo nos primeiros anos da república, as mulheres da classe média que viviam nas áreas urbanas aos poucos deixaram de lado o uso do véu, atendendo assim os ideais propostos por Kemal Attaturk. O uso do hijab ficou associado a um estilo de vida rural, considerado como atrasado e religioso (WHITE, 2003, p. 156).

A partir da década de 1950, com o êxodo rural, as mulheres muçulmanas que viviam no campo e migraram para os centros urbanos mantiveram o uso do hijab bem como outros costumes religiosos; isso fez que com que a presença do véu se tornasse cada vez mais intensa nas áreas urbanas da Turquia novamente (CEYLAN TOK, 2009, pp. 118-119). Porém, em razão das políticas restritivas ao uso do véu, essas mulheres sentiram-se impedidas de participar da vida pública da república turca (WHITE, 2003, p.150).

A possibilidade de acesso a diversos postos de trabalho foi limitada para as muçulmanas que não estavam dispostas a abrir mão de referida indumentária, pois elas não poderiam frequentar espaços como universidades, repartições do governo, tribunais, Parlamento, entre outros, usando o véu.

Esse quadro tornou-se mais controverso a partir dos anos 80. Ao mesmo tempo em que as restrições ao uso do hijab tornaram-se mais rígidas após um golpe militar (CEYLAN TOK, 2009, p. 122), a Turquia viu também o surgimento de uma nova geração de mulheres educadas e criadas na cidade, que faziam questão de utilizar o véu em atenção à própria religiosidade. Emergiu nessas mulheres a necessidade de buscar seus direitos de participação social sem que, no entanto, precisassem se render a um estilo de vida secularizado (WHITE, 2003, pp.157-158).

Conforme aponta Gul Ceylan Tok (2009, p. 121), essa nova geração foi responsável por desafiar a identidade secular que lhes foi imposta pelo regime republicano e perturbar o imaginário social moderno ao reivindicarem o direito de ter

ao mesmo tempo a educação superior, a carreira profissional e a identidade religiosa corporificada pelo uso do véu. O referido autor descreve que essas mulheres contrariaram o *status quo*, ao proporem um estilo de vida em que as práticas islâmicas coexistissem com ideal de modernidade do Estado.

O debate sobre o uso do véu pelas mulheres turcas se estendeu por anos, com avanços e recuos. De acordo com Jenny B. White (2001, p. 21), enquanto em uma perspectiva mais universal de direitos humanos, o uso do véu era considerado como direito à liberdade religiosa e respeito a minorias, o Estado secular turco considerava o uso do *hijab* como símbolo de uma ideologia que os muçulmanos desejavam impor às mulheres e, por isso, não seria matéria sujeita à proteção do Estado, tal qual um direito individual ou direito de uma minoria.

Também entre as próprias mulheres turcas, a questão era controversa; Ceylan Tok (2009, pp. 121-122) explica que:

“The intensely emotional loyalty felt by the ‘good daughters of the republic’² towards Ataturk in return for ‘emancipating them from the traditional backward restrictive past’ caused a very strict opposition of among contemporary secularista women towards the new generation of covered women.”

Tais divergências em relação ao uso do véu se refletiram conseqüentemente nos processos de tomada de decisão a partir dos anos 1980. O Parlamento turco se empenhou na aprovação de leis que dessem fim ao banimento do uso do véu em universidades, porém a maior parte das tentativas foi frustrada pela oposição dos setores seculares da Turquia. Apenas em 1991, foi declarada constitucional a lei que liberava qualquer tipo de vestimenta nas instituições de ensino superior, desde que não fossem violadas as demais legislações existentes (CEYLAN TOK, 2009, pp. 123-124). Tal dispositivo permitiu que a regulação do uso do véu ficasse a cargo das administrações das próprias universidades. Conquanto a maior parte das instituições tenha optado por manter a restrição do véu em suas dependências, a liberação da

² Na descrição do autor Gul Ceylan Tok (2009), as mulheres turcas que se comprometeram com o estilo de vida proposto por Kemal Attaturk, em especial, com o abandono do uso do véu eram consideradas “*the good daughters of republic*”, em oposição às mulheres que mantiveram a tradição do *hijab* e, portanto, eram vistas pelos secularistas turcos como “*the bad daughters of republic*”.

indumentária em outras universidades possibilitou o acesso incipiente de muçulmanas de véu na academia (WHITE, 2001, p. 21).

No final da década de 1990, a discussão sobre o uso do véu na esfera pública entrou em uma nova dimensão. Inicialmente em razão da eleição de duas mulheres que mantinham o uso do hijab para o Parlamento, em abril de 1999; uma delas, Merve Kavakci, não abriu mão de usar o véu nas reuniões parlamentares, o que causou fortes reações dos membros dos partidos seculares da Turquia. O caso foi levado à Corte Constitucional que decretou, em decorrência da postura de Merve, seu banimento da função parlamentar e o fechamento do Virtue Party (partido político que ela integrava). Em um segundo momento, no início dos anos 2000, a chegada do Justice and Development Party (partido de Recep Erdoğan) ao poder permitiu o debate sobre a presença das esposas de membros do governo em eventos oficiais, usando o hijab. Até então, as esposas que usavam o véu nem mesmo eram convidadas para tais eventos. A fim de atender a demanda dos homens que estavam no poder, viu-se uma relativização do conceito de espaço público, para lhes permitir a companhia de suas mulheres nesses eventos oficiais (CEYLAN TOK, 2009, pp. 126-128). Ao se reportar a esse caso, Gul Ceylan Tok (2009, p. 127) observa: “Ironically, while covered women had been demanding the right for education and work for more than two decades, the headscarf entered the highest stratum of the state via marriage partnership.”.

Apenas a partir de 2010, sob o governo de Recep Erdoğan (inicialmente como primeiro-ministro e depois como presidente), o banimento do véu foi parcialmente revogado e as mulheres passaram a contar com a possibilidade de usar o hijab em algumas instituições estatais³. Tal medida é de absoluta importância para que as mulheres turcas muçulmanas possam estar cada vez mais presentes nos espaços públicos, conforme demanda em favor da qual elas se empenharam por tanto tempo. Não obstante, segue imperativo explorar as motivações do Estado com essa medida, particularmente em termos do processo de construção nacional da Turquia.

³ National Geographic. **Why Turkey Lifted Its Ban on the Islamic Headscarf**: Women who work in civil service or government can now wear a hijab. 12 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://news.nationalgeographic.com/news/2013/10/131011-hijab-ban-turkey-islamic-headscarf-ataturk/>>. Acesso em 23/11/2016.

A consequência da restrição do uso do véu em determinados locais, tais como universidades, repartições do governo, entre outros, foi o cerceamento do acesso das mulheres a uma vida pública, pois afastou desse espaço aquelas que não estavam dispostas a abrir mão de suas práticas religiosas. Com o êxodo rural e progressivo empoderamento feminino, tornou-se mais evidente que a restrição do hijab paradoxalmente mitigou as outras medidas adotadas pelo estado republicano para ampliar os direitos das mulheres.

Da análise do quadro apresentado, sobre como os movimentos nacionalistas se relacionam com a questão de gênero, a autora Deniz Kandiyoti (1991, p. 435) conclui que não necessariamente a agenda do estado nacional secular e moderno se comunica com a agenda da igualdade de gênero. Ela explica que enquanto as mulheres continuarem sendo vistas como definidoras de fronteiras entre coletivos nacionais, étnicos ou religiosos, a emergência delas como cidadãs plenas será prejudicada e quaisquer direitos que elas tenham obtido serão passíveis de serem eventualmente sacrificados em nome da identidade política da nação.

Conclui-se que as ações estatais que pretensamente se apresentaram como uma política para emancipação feminina, na verdade, faziam parte de um discurso político conduzido unicamente por homens e para homens (SCHICK, 1990, p. 369). Esse mesmo discurso permanece na Turquia do século XXI, porém agora sob novos ideais nacionalistas.

Uma vez que a identidade de uma nação não é um fenômeno estático, e sim sujeito a alterações e rearranjos, tem-se que a relação entre esse fenômeno identitário e a questão de gênero tende a ser fluída e inconstante (BOZDAGLIOGLU, 2003, p. 26). Como será abordado adiante, o novo projeto nacional do país, conduzido por Recep Erdoğan, guarda relações com o extinto Império Otomano e com a orientação religiosa do seu partido político e, seguindo esses novos ideais, já propiciou mudanças na condição social das mulheres turcas.

A Islamização da Turquia e o Novo Status do Hijab

Apesar dos esforços constantes dos setores seculares da Turquia para dar continuidade ao ideal kemalista de manter a religião islâmica fora dos espaços públicos, a resistência das mulheres muçulmanas e a atuação de partidos de orientação religiosa fizeram que com a Turquia do século XXI tivesse uma nova experiência em relação ao uso do hijab.

Conforme descrito, o ano de 1999 foi marcado pela eleição de Merve Kavakci para o Parlamento e sua insistência em utilizar o véu dentro das instalações do governo. Seu ato custou seu assento e levou ao fim do Virtue Party, em 2001, entretanto foi de absoluta relevância para o debate político sobre o uso do hijab na esfera pública da Turquia. Oguz Alyanak (2013), em artigo publicado na plataforma Open Democracy, descreve que:

“The idea of women participating in public life without the headscarf served a central role in the reconstruction of a secular social imaginary. And Kavakci’s headscarved presence challenged the very logic behind this reconstructive process and confronted the very values embedded in the Turkish secular repertoire.”

Ainda em 2001, ex-membros do Virtue Party (entre eles o atual presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan), juntaram-se para formar um novo partido também de orientação islâmica, denominado Justice and Development Party (AKP). Com um discurso mais moderado que os antigos partidos de base religiosa na Turquia, o AKP mostrou-se um partido democrático, empenhado em favor dos direitos humanos e da aproximação da Turquia com o Ocidente, mais especificamente da entrada do país na União Europeia (CEYLAN TOK, 2009, p. 126).

Desde sua criação, o AKP destacou-se continuamente nas eleições da Turquia, ganhando não apenas a maioria dos assentos no Parlamento, como também elegendo os presidentes e os primeiros-ministros da Turquia, desde 2002. A escolha do eleitorado revelou que o islamismo político não era um movimento marginal e que ainda havia espaço na política turca para um partido de raízes islâmicas (SAMBUR, 2009, p. 121).

Em seus primeiros anos no poder, o Justice and Development Party promoveu-se a partir da defesa de uma agenda democrática e não islâmica (SAMBUR, 2009, p. 121). Não obstante, com o decorrer dos anos, além de exibir tendências ao autoritarismo⁴, o partido passou a demonstrar relativa indiferença ao legado de Kemal Attaturk, desafiando um dos principais fundamentos ideológicos do Estado turco, o secularismo. Uma vez consolidado no poder, o AKP promoveu medidas para permitir cada vez mais a expressão religiosa do islã em público, inclusive passando a apoiar o direito das mulheres de vestirem o véu em quaisquer locais públicos⁵.

Em um primeiro momento, o AKP (por meio de seu líder Recep Erdoğan) havia evitado adentrar na discussão relativa ao uso do hijab e chegou a afirmar que o problema das estudantes muçulmanas na universidade não seria prioridade do governo. No entanto, conforme relatado, o fato de as esposas dos membros do partido ainda utilizarem o véu fez com que o Justice and Development Party voltasse sua atenção de vez para esse debate (CEYLAN TOK, 2009, p. 127).

A primeira ação efetiva do governo do AKP em favor da permissão do uso do véu se deu em 2008, após o segundo maior partido de oposição ter declarado que estaria disposto a colaborar com o Justice and Development Party para dar fim ao banimento do véu nas universidades. Assim, foram elaboradas emendas constitucionais que decretavam que “everyone has the right to equal treatment from state institutions such as universities and that no one can be barred from education for reasons not clearly laid down by the law”. Entretanto, o maior partido de oposição ao governo levou a matéria ao conhecimento da Corte Constitucional da Turquia, que anulou as emendas por entender que elas violavam o princípio constitucional do secularismo (CEYLAN TOK, 2009, p. 128).

Em 2010, os esforços empenhados pelo governo de Abdullah Gul (AKP), desta vez com o apoio do principal partido de oposição e do Conselho de Educação

⁴ THE NATIONAL. **Turkey's long game:** how 12 years of AKP rule has eroded the secular state. 20 de novembro de 2014. Disponível em: < <http://www.thenational.ae/arts-lifestyle/the-review/turkeys-long-game-how-12-years-of-akp-rule-has-eroded-the-secular-state#full>>. Acesso em 3/12/2016.

⁵ FOREIGN AFFAIRS. **Turkey's Transformers:** The AKP Sees Big. Novembro/Dezembro de 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2009-11-01/turkeys-transformers>>. Acesso em 05/12/2016.

Superior⁶ da Turquia, foram bem sucedidos e o banimento do véu nas universidades chegou oficialmente ao fim. A medida pode ser considerada um *burning bridge* dentro do longo histórico do debate sobre o acesso das mulheres a espaços públicos vestindo o hijab e constituiu importante precedente para que outras medidas em favor das mulheres muçulmanas fossem realizadas posteriormente.

Nessa sequência, em 2012, o Primeiro-Ministro Recep Erdoğan anunciou o fim do banimento do véu em escolas religiosas e durante as aulas de religião de escolas regulares⁷.

A seguir, em 2013, Erdoğan implantou na Turquia um pacote de reformas que incluiu o fim do banimento do véu para servidoras das instituições públicas, sendo que as restrições para as mulheres que realizavam atividades policiais, militares e judiciais permaneceram⁸. Poucas semanas após o anúncio da medida, quatro mulheres parlamentares puderam adentrar livremente no Parlamento turco vestindo o véu. As quatro parlamentares, Sevde Beyazit Kacar, Gulay Samanci, Nurcan Dalbudak e Gonul Bekin Sahkulubey, eram integrantes do Justice and Development Party (AKP); a ação delas deixou mais evidente a crescente tendência do governo em favor da liberdade religiosa da população muçulmana⁹.

Em 2014, sob a presidência de Erdoğan, mais uma medida foi empreendida: a restrição ao uso do véu no ensino fundamental e médio da Turquia também foi retirada, permitindo que pré-adolescentes pudessem manter a tradição islâmica de utilizar o hijab após atingirem a puberdade¹⁰.

⁶ Turkey's Board of Higher Education (YOK)

⁷ NEW STATESMAN. **Lifting the veil in Turkey**. 30 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/world-affairs/2012/11/lifting-veil-turkey>>. Acesso em 03/12/2016.

⁸ THE NEW YORK TIMES. **Turkey Lifts Longtime Ban on Head Scarves in State Offices**. 8 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/10/09/world/europe/turkey-lifts-ban-on-head-scarves-in-state-offices.html>>. Acesso em 02/12/2016.

⁹ AL JAZEERA. **Turkey women MPs break headscarf taboo**: Four female legislators mark the end of the 1920s ban on headscarves by walking into Turkey's parliament head covered. 31 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/europe/2013/10/turkey-women-mps-break-headscarf-taboo-20131031194259751134.html>>. Acesso: 02/12/2016.

¹⁰ RT. **Turkey lifts headscarf ban in schools for girls as young as 10**. 23 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/190032-turkey-headscarf-schools-ban-amendment/>>. Acesso em 02/12/2016.

Por fim, em agosto de 2016, o governo turco liberou o uso do hijab para as oficiais da polícia turca; desde que o véu não seja estampado e possua a mesma cor da farda, este pode ser utilizado pelas policiais turcas, durante o expediente, como parte do próprio uniforme¹¹.

Todas essas mudanças gradualmente implantadas são de absoluta importância para permitir que as mulheres muçulmanas turcas tenham cada vez mais acesso ao espaço público do país e integrem a imagem da nação, sem ter que abrir mão da expressão de suas identidades religiosas. De acordo com reportagem veiculada pela Foreign Affairs, atualmente é possível ver mais mulheres com véu nos diversos espaços do país do que há 20 anos¹².

Não obstante, à semelhança do que ocorreu quando da implantação dos projetos kemalistas de emancipação feminina no século XX, percebe-se aqui a ausência ou invisibilização do protagonismo feminino como força motora por trás das mudanças que permitiram o uso do véu na esfera pública. Isso porque os esforços empreendidos pelo Justice and Development Party, principalmente por meio de Recep Tayyip Erdoğan, serviram precipuamente aos interesses do partido em retomar uma imagem de nação que remetesse a suas raízes autênticas¹³, como será explicado adiante.

As principais análises dos 14 anos em que o AKP tem estado no poder na Turquia sugerem uma gradual islamização do país. O governo do partido notadamente se mobilizou em favor de medidas que reaproximassem o país do Império Otomano, ou pelo menos, de alguns de seus símbolos mais expressivos¹⁴. A

¹¹ AL JAZEERA. **Turkey allows policewomen to wear headscarves**. 28 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/08/turkey-policewomen-wear-headscarves-160827134711461.html>>. Acesso em 03/12/2016.

¹² FOREIGN AFFAIRS. **Turkey's Transformers: The AKP Sees Big**. Novembro/Dezembro de 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2009-11-01/turkeys-transformers>>. Acesso em 05/12/2016.

¹³ AL JAZEERA. **Turkey's emerging police state**: A recent raid on media outlets and legislation changes point to intensifying securitisation of the Turkish state. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/12/turkey-police-state-2014121813140408212.html>>. Acesso em 03/12/2016.

¹⁴ AL JAZEERA. **From Ataturk to Erdogan**: Is the 90-year-long 'commercial break' of a 600-year-old empire now over?. 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2015/01/ataturk-erdogan-secularism-turkey-2015122105719549120.html>>. Acesso em: 02/12/2016.

postura autoritária e “teocrática” de Recep Erdoğan durante esse período fez com que ele até mesmo recebesse comparações com os sultões da época do Império¹⁵.

Na “Nova Turquia”, proposta por Erdoğan e seus companheiros de governo, haveria uma coexistência pacífica entre a presença da religião islâmica e o caráter laico do Estado¹⁶; porém, o que se observou na verdade foi a volta do conservadorismo, retorno do apego a certos códigos morais e o Islã figurando como principal *guideline* da tomada de decisões políticas domésticas e internacionais¹⁷.

A respeito desse novo cenário instaurado na vida pública da Turquia, a diplomata e colunista turca Şafak Pavey (2014) descreveu o seguinte quadro:

“Women’s behavior, the laughter of a young woman, how much beer a young man drinks, who shares a house with whom and what kind of toilet they use (whether traditional or modern), all have to be under their surveillance. Living arrangements outside the prescriptions of the Holy Book are not crimes, but are considered to be sins to be eradicated. For instance, AKP politicians have destroyed as many modern toilets as modern sculptures. Tradition dismisses the comforts of modern life far too easily and readily. Islamists define the morality of society in terms of woman’s virtue and her relations with the opposite sex. This is why, in their eyes, girls and boys have to be segregated. Boys and girls cannot be on the same school grounds, and this includes university dorms. Students of different gender cannot be taught in the same building prior to university. Most school grounds have been gender-segregated in the past ten years.”¹⁸

Da análise das mudanças que ocorreram na Turquia durante o governo do Justice and Development Party, é possível observar que as medidas que liberaram o uso do véu não estavam ligadas a políticas de igualdade de gênero, bem-estar da mulher muçulmana ou à promoção de seu acesso à esfera pública. Tampouco tinham

¹⁵ OPEN DEMOCRACY. **Which sultan is Erdogan?** 11 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/emre-caliskan-simon-waldman/which-sultan-is-erdogan>>. Acesso em 02/12/2016.

¹⁶ OPEN DEMOCRACY. **The two ends of Turkish democracy: opening up and covering up.** 23 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/oguz-alyanak/two-ends-of-turkish-democracy-opening-up-and-covering-up>>. Acesso em 03/12/2016.

¹⁷ THE NATIONAL. **Turkey’s long game: how 12 years of AKP rule has eroded the secular state.** 20 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.thenational.ae/arts-lifestyle/the-review/turkeys-long-game-how-12-years-of-akp-rule-has-eroded-the-secular-state#full>>. Acesso em 3/12/2016.

¹⁸ OPEN DEMOCRACY. **The rise of political Islam in Turkey: how the west got it wrong.** 3 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/5050/safak-pavey/rise-of-political-islam-in-turkey-how-west-got-it-wrong>>. Acesso em: 03/12/2016.

a ver com os ideais kemalistas de emancipação feminina. Isso se torna claro quando da observação da postura do partido para com a mulher turca em outros aspectos da vida pública, qual seja, uma postura retrógrada, conservadora e indubitavelmente patriarcal¹⁹. Um caso emblemático para exemplificar essa mentalidade foi o da apresentadora Gozde Kansu. Em outubro de 2013, ela apareceu em seu programa televisivo com um vestido decotado: o traje da apresentadora foi considerado polêmico. No dia seguinte, seu contrato com a emissora para a qual trabalhava foi suspenso. Um deputado do AKP declarou que “the presenter had such a dress that it’s not acceptable. There needs to be a sensitivity in choosing dresses for TV broadcasting”²⁰.

Com efeito, as mudanças implementadas na situação das mulheres pelo governo do AKP estavam ligadas ao novo nacionalismo turco, desta vez, vinculado às raízes culturais autênticas da Turquia. Mais uma vez, percebe-se que o reconhecimento da mulher enquanto *token* de uma identidade nacional e definidora de fronteiras entre grupos nacionais (KANDIYOTI, 1991, p.429) resulta na instrumentalização de uma agenda feminista a fim de favorecer os interesses de um projeto político unicamente constituído por e para homens.

Nesse sentido, destaca-se o pensamento da autora Deniz Kandiyoti (1991, p. 431), que resume essa dinâmica da seguinte maneira: “the vagaries of nationalism discourse are reflected in changing portrayals of women as victims of social backwardness, icons of modernity or privileged bearers of cultural authenticity”. Ou seja, as transformações nos regimes de gênero dentro de uma sociedade estão sujeitas às políticas que definem a identidade nacional daquele determinado país. Conclui-se, destarte, que as medidas para permitir o uso do hijab em locais públicos tinham como finalidade promover a mudança da imagem constituída da Turquia, como nação secular e ocidentalizada, para uma nova imagem de país fiel às raízes da tradição islâmica.

¹⁹ THE NATIONAL. **Turkey’s long game**: how 12 years of AKP rule has eroded the secular state. 20 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.thenational.ae/arts-lifestyle/the-review/turkeys-long-game-how-12-years-of-akp-rule-has-eroded-the-secular-state#full>>. Acesso em 3/12/2016.

²⁰ OPEN DEMOCRACY. **The two ends of Turkish democracy**: opening up and covering up. 23 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/oguz-alyanak/two-ends-of-turkish-democracy-opening-up-and-covering-up>>. Acesso em 03/12/2016.

Conclusão

A observação da história da Turquia neste último século demonstra que parte significativa do nacionalismo daquele país foi construída em torno da imagem da mulher, de seu corpo e de suas circunstâncias de vida. Com base no entendimento de que repousa sobre mulher a carga cultural que dá significado à nação, o Estado turco implementou medidas travestidas de políticas de gênero, mas cujo objetivo real era a consolidação da identidade nacional do país.

Em um primeiro momento, o Estado turco recém-criado por Kemal Attaturk buscou afirmar seu caráter moderno e secular por meio de reformas que aproximassem o país do ocidente e o afastassem das tradições do antigo Império Otomano. Para tanto, o Estado operacionalizou mudanças que envolviam não apenas o status legal das mulheres, mas também sua imagem. Nessa esteira, o banimento do uso do véu em vários espaços da vida pública da Turquia foi uma das medidas mais importantes para ressignificar a identidade do país por meio da figura feminina.

Conquanto nenhuma mulher se obstasse à modernização do país proposta por Attaturk, a imposição da restrição ao uso do hijab foi fortemente questionada a partir dos anos 1980. A demanda pelo fim dessa medida esteve entre as principais bandeiras levantadas pelas mulheres turcas desde então e fomentou um forte debate político a respeito das liberdades religiosas e do acesso à esfera pública do país por parte das mulheres que se cobriam com o véu.

Esse debate se estendeu por mais de 20 anos, sem que as mulheres alcançassem avanços efetivos junto às autoridades turcas. A agenda apenas passou a receber apoio do Estado após a ascensão ao poder do Justice and Development Party, em meados dos anos 2000; o caso das esposas dos membros do partido que utilizavam véu foi o que deu visibilidade a essa questão para o partido.

Não se pode desdenhar a importância das reformas realizadas pelo Estado Turco desde 1923, até as mais recentes ligadas ao uso do hijab. Conforme descrito, elas ampliaram o rol de direito das mulheres de maneira considerável e certamente abriram relevante espaço para empoderamento feminino na Turquia. No entanto, é

importante destacar que as mudanças na situação das mulheres não foram uma resposta institucional ao longo histórico de militância da mulher turca.

Ao observar o contexto político e social vivido pela Turquia nos últimos 15 anos, percebe-se que as recentes mudanças na situação das mulheres se relacionam com a nova proposta de identidade nacional conduzida pelo partido de Recep Erdoğan. Ao permitir a presença de mulheres vestindo o véu no espaço público da Turquia, o atual Estado busca consolidar um novo nacionalismo ligado às raízes da tradição islâmica advinda do Império Otomano.

Conclui-se que as circunstâncias de vida da mulher dentro da Turquia oscilaram, neste último século, conforme os caprichos das propostas de nacionalismos que foram levadas a termo pelo Estado. A relação da mulher com o hijab é central para essa análise, pois todas as reformas empreendidas pelo Estado em atenção à restrição ou permissão dessa indumentária tinham como finalidade, ora fazer da Turquia uma nação moderna, secular e ocidentalizada, ora fazer dela uma nação mais culturalmente autêntica.

Infelizmente, a concepção de políticas de gênero em meio a ideais nacionalistas, assim como observado no caso turco, ocasiona a instrumentalização dos direitos das mulheres em favor do interesse nacional. Assim, cada vez que uma mudança é promovida em nome da identidade da nação (e não do bem-estar feminino), prejudica-se a emergência das mulheres enquanto cidadãs de plenos direitos. E cada vez mais esse país estará se afastando da promoção efetiva da igualdade de gênero.

Atualmente, ao tempo em que parte das mulheres turcas comemora a possibilidade de se graduar e de seguir uma carreira pública sem precisar abrir mão de sua identidade religiosa, outras mulheres, tal como a apresentadora de televisão Gozde Kansu, são atingidas por uma onda moralista e conservadora que tende a restringir suas liberdades em nome da nova identidade do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, Feroz. **The Making of Modern Turkey**. Londres: Taylor & Francis Group, 1993.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. Contextualizing Feminism: Gender, Ethnic and Class Divisions. **Feminist review**, nº 15, pp. 62-75, 1983.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira (Ed.). **Woman – Nation – State**. Londres: The Macmillan Press LTD, 1989.

AL JAZEERA. **Turkey allows policewomen to wear headscarves**. 28 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/08/turkey-policewomen-wear-headscarves-160827134711461.html>>. Acesso em 03/12/2016.

AL JAZEERA. **Turkey women MPs break headscarf taboo**: Four female legislators mark the end of the 1920s ban on headscarves by walking into Turkey's parliament head covered. 31 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/europe/2013/10/turkey-women-mps-break-headscarf-taboo-20131031194259751134.html>>. Acesso: 02/12/2016.

AL JAZEERA. **Turkey's emerging police state**: A recent raid on media outlets and legislation changes point to intensifying securitisation of the Turkish state. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/12/turkey-police-state-2014121813140408212.html>>. Acesso em 03/12/2016.

BOZDAĞLIOĞLU, Yücel. **Turkish Foreign Policy and Turkish Identity: A Constructivist Approach**. Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 2003.

CEYLAN TOK, Gul. The securitization of the headscarf issue in Turkey: 'the good and bad daughters' of the republic. **Ritsumeikan Annual Review of International Studies**, vol. 8, pp. 113-137, 2009.

EUROPEAN STABILITY INITIATIVE. **Picture Story: A Century of Feminism in Turkey**. 2007. Disponível em <http://www.esiweb.org/index.php?lang=en&id=281&story_ID=15>. Acesso em 11/11/2016.

FOREIGN AFFAIRS. **Turkey's Transformers: The AKP Sees Big.** Novembro/Dezembro de 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2009-11-01/turkeys-transformers> >. Acesso em 05/12/2016.

KANDIYOTI, Deniz. Emancipated but Unliberated? Reflections on the Turkish Case. **Feminist Studies**, vol. 13, nº 2, pp. 317-338, 1987.

KANDIYOTI, Deniz. Identity and its Discontents: Women and the Nation. **Millenium: Journal of International Studies**, vol. 20, nº 3, pp. 429-443, 1991.

LEWIS, Bernard. **The Emergence of Modern Turkey**. Londres, Nova York, Toronto: Oxford University Press, 1961.

MERÇİL, Ipek; SENEMOĞLU, Osman. The Historical Grounds of the Turkish Women's Movement. **HSS**, vol. III, nº 1, pp.13-27, 2014.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Why Turkey Lifted Its Ban on the Islamic Headscarf:** Women who work in civil service or government can now wear a hijab. 12 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://news.nationalgeographic.com/news/2013/10/131011-hijab-ban-turkey-islamic-headscarf-aturk/>>. Acesso em 23/11/2016.

NEW STATESMAN. **Lifting the veil in Turkey.** 30 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/world-affairs/2012/11/lifting-veil-turkey>>. Acesso em 03/12/2016.

OPEN DEMOCRACY. **The rise of political Islam in Turkey:** how the west got it wrong. 3 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/5050/safak-pavey/rise-of-political-islam-in-turkey-how-west-got-it-wrong>>. Acesso em: 03/12/2016.

OPEN DEMOCRACY. **The two ends of Turkish democracy: opening up and covering up.** 23 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/oguz-alyanak/two-ends-of-turkish-democracy-opening-up-and-covering-up>>. Acesso em 03/12/2016.

OPEN DEMOCRACY. **Which sultan is Erdogan?** 11 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/emre-caliskan-simon-waldman/which-sultan-is-erdogan>>. Acesso em 02/12/2016.

RANCHOD-NILSSON, Sita; TÉTRAULT, Mary Ann (Org). **Women, States and Nationalism: At home in the nation?** Londres: Routledge, 2000.

RT. **Turkey lifts headscarf ban in schools for girls as young as 10.** 23 de setembro de 2014. Disponível em: < <https://www.rt.com/news/190032-turkey-headscarf-schools-ban-amendment/>>. Acesso em 02/12/2016.

SCHICK, Irvin Cemil. Representing Middle Eastern women: feminism and colonial discourse. **Feminist Studies**, vol. 16, nº 2, pp. 345-380, 1990.

SAMBUR, Bilal. The Case of Justice and Development Party and Erdogan. **European Journal of Economic and Political Studies**, vol. 2, nº. 2, pp. 117-127, 2009.

TEKELI, Sirin. The Turkish Women's Movement: A Brief History of Success. **Quaderns de la Mediterrània**, nº 14, pp. 119-123, 2010.

TEKELI, Sirin. Women in Turkish Politics. **Women in Turkish Society**. pp. 293-310, 1981.

THE NATIONAL. **Turkey's long game:** how 12 years of AKP rule has eroded the secular state. 20 de novembro de 2014. Disponível em: < <http://www.thenational.ae/arts-lifestyle/the-review/turkeys-long-game-how-12-years-of-akp-rule-has-eroded-the-secular-state#full>>. Acesso em 3/12/2016.

THE NEW YORK TIMES. **Turkey Lifts Longtime Ban on Head Scarves in State Offices.** 8 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/10/09/world/europe/turkey-lifts-ban-on-head-scarves-in-state-offices.html>>. Acesso em 02/12/2016.

THE TIMES OF ISRAEL. **Turkey lifts headscarf ban in state high schools:** Secular opposition accuses President Recep Tayyip Erdogan of imposing religion on society. 23 de setembro de 2014. Disponível em: < <http://www.timesofisrael.com/turkey-lifts-headscarf-ban-in-state-high-schools/>>. Acesso em 02/12/2014.

WHITE, Jenny, B.. State Feminism, Modernization, and the Turkish Republican Woman. **NWSA Journal**, vol.15, n° 3, Gender and Modernism between the Wars, pp. 145-159, 2003.

WHITE, Jenny, B.. The Islamist Movement in Turkey and Human Rights. **Human Rights Review**, vol. 3, pp. 17-26, 2001.

YEGENOGLU, Meyda. **Colonial Fantasies: Towards a Feminist Reading of Orientalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

YUVAL DAVIS, Nira. Gender and nation. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 16, n° 4, pp. 621-632, 1993.